

# XIII REUNIÃO DA REDE NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA

**DATA:** 22 janeiro 2021

**HORA:** 10h00

**LOCAL:** Reunião decorreu à distância usando a plataforma Microsoft Teams





## PARTICIPANTES

### **Agência para a Modernização Administrativa (AMA)**

- Fátima Madureira (Presidente do Conselho Diretivo - AMA)
- Bruno Monteiro (Coordenador - LabX/AMA)
- Daniel Santos (Designer de Serviços - LabX/AMA)

### **Área de Governo da Modernização do Estado e da Administração Pública**

- Maria de Fátima Fonseca [(Secretária de Estado da Inovação e da Modernização Administrativa (SEIMA))]
- Miguel Graça - Gabinete SEIMA (Técnico Especialista)

### **Área de Governo da Presidência (PCM)**

- Maria do Carmo Castelo – Secretária Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM) (Técnica Especialista)

### **Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE)**

- Hugo Vieira (Vice-Presidente - Direção Nacional)

### **Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)**

- Paulo Batista Santos (Assessor do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal da Batalha)

### **Autoridade Tributária (AT)**

- Helder Borges Lage (Chefe da Divisão de Organização e Qualidade) em substituição de Carlos Guímaro (Área da Relação com o Contribuinte)

### **Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA)**

- Rui Ribeiro (Secretário da Comissão)

### **Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP)**

- Álvaro Figueira (FCUP - representante)

### **Plataforma de Associações da Sociedade Civil – Casa da Cidadania (PASC)**

- Luis Vidigal (Vogal da Direção)
- Jorge Robalo (Vogal da Direção)

### **Provedor de Justiça (PJ)**

- Ricardo Carvalho (Adjunto do Gabinete)

### **Transparência e Integridade (TI)**

- Karina Carvalho (Diretora Executiva)



## CONTEÚDOS

1. Recepção dos participantes
2. Abertura
3. Programa de Fóruns de Discussão Temática
  - a. Apresentação resultados
  - b. Discussão sobre os desafios e oportunidades
4. Análise das propostas feitas inquéritos de recolha de ideias
  - a. Apresentação dos resultados do inquérito de ideias Rede Nacional de Administração Aberta (RNAA)
  - b. Cruzamento das propostas com outros programas existentes
  - c. Ronda de apresentação e discussão das propostas pelos membros da Rede
5. Apresentação do programa para validação e formação de propostas de futuros compromissos
  - a. Discussão sobre o programa
6. Mecanismo Independente de Avaliação (IRM) ao I Plano de Ação Nacional de Administração Aberta (PANAA): informações e próximos passos
7. Outros assuntos & Encerramento

## TÓPICOS DA AGENDA

### 1. Recepção dos participantes

- **Daniel Santos**, Designer de Serviços do LabX/AMA, deu as boas-vindas aos participantes e apelou a que se fizesse um compasso de espera enquanto se aguardava pelos restantes membros da Rede Nacional de Administração Aberta (RNAA) que confirmaram presença.

### 2. Abertura

- A reunião foi aberta por **Bruno Monteiro**, Coordenador do LabX, que começou por dar as boas-vindas aos presentes, enfatizando o final do primeiro ciclo de intervenção da Rede.
- Como notas principais manifestou a satisfação pela experiência que tem sido o envolvimento da AMA e o papel que, enquanto moderadores da rede, terminado agora o Primeiro Plano de Ação e com a apresentação do Relatório de autoavaliação. Destacou que na sua opinião os resultados do Primeiro Plano correram globalmente bem e foram corroborados pela reação da coordenação da Open Government Partnership. Ainda assim, reforça que o primeiro ano foi um campo de experiências, ou seja, para a identificação dos caminhos que podem e devem ser explorados com mais afinco e aspetos que poderiam ter corrido melhor.
- Destacou a apresentação dos primeiros resultados da fase de descoberta, que serviu para garantir que a rede se deve mover no sentido apontado e indicado pela Sociedade Civil, e ser portador de valor para os cidadãos e cidadãs, para as organizações que os reúnem e que os mobilizam e, nesse sentido, os resultados geram pistas muito importantes sobre os próximos passos da fase de cocriação. Referiu ainda que a fase de cocriação deve ser diversificada, transparente, mobilizada, mas que considerando as condições em que vivemos, provavelmente, irá decorrer à distância.



- Por último, reforça a importância do espírito crítico e do voluntarismo da Rede para responder aos próximos desafios ao nível das expectativas dos cidadãos e cidadãs deste país.

### 3. Programa de Fóruns de Discussão Temática

#### Apresentação de resultados

- **Daniel Santos** (LabX/AMA): começou por explicar que durante os fóruns de discussão temática foram aplicados diversos inquéritos tanto à Rede como à Sociedade Civil. Primeiramente, a Rede identificou sete áreas temáticas como áreas prioritárias para o Segundo Plano de Ação de Administração Aberta:
  - o direito dos interessados à informação;
  - a administração eletrónica ou os Serviços Públicos Digitais;
  - os Dados Abertos;
  - a Participação Pública/Cívica;
  - a transparência e acesso à informação;
  - a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação e Inclusão Digital;
  - e a transparência na Contratação Pública.
- O Programa de Envolvimento da Sociedade Civil foi definido a partir destas áreas foi articulado um programa de **fóruns de discussão temática** subordinados a três temas diferentes e com três parceiros diferentes dentro da Rede:
  - **“Mudança Tecnológica, Dados Abertos e Inclusão Digital”** - 2 de dezembro - - parceiro AMA.  
**Síntese de resultados:** os Serviços Públicos Digitais têm que ser relevantes para as necessidades dos cidadãos e empresas. A necessidade de generalizar o princípio do contacto único (Once-Only). A otimização dos procedimentos de experimentação, ou seja, antes de implementar, experimentarmos e termos a certeza que estamos a ir no caminho certo. A oportunidade que a nova Diretiva Europeia traz para se reinscrever políticas relacionadas com os Dados Abertos e acesso à informação, o valor acrescentado da atualização e reutilização dos Dados Abertos e o portal Dados.gov como o grande benchmark do lado dos serviços públicos que pode potenciar as estratégias a serem definidas.
  - **“Administração Aberta e Participação Cívica”** - 9 de dezembro - parceiro PASC  
**Síntese de resultados:** a Economia Circular dos Dados Abertos, a institucionalização da participação - de haver aqui autoridades latentes - a participação está a ser institucionalizada não só na Administração Pública e no Governo português, mas um pouco por toda a parte e há aqui oportunidades para fomentar e estandardizar mecanismos de auscultação de cidadãos e promover a participação nas decisões; os Serviços Públicos centrados nos cidadãos e nas empresas focando o aspecto de “evento de vida”.
  - **“Transparência e acesso à informação”** - 11 de dezembro - parceiro Transparência e Integridade  
**Síntese de resultados:** a maximização de recursos e a necessidade de promover e investir em iniciativas já existentes como o índice de Transparência Municipal; a disponibilização proativa de informação com interesse público ; a necessidade de promover o registo público do beneficiário efetivo; a educação cívica para reforçar mecanismos da Administração Aberta como um processo de criar literacia de dados e literacia digital; redistribuição do poder, ou seja, melhorar o acesso à informação, para que os cidadãos decodifiquem essa informação, consigam gerar informação e a transformem em conhecimento; incentivar o maior controlo das contratações pelo tipo de qualidade de dados, a questão da “pegada legislativa”; promoção da maior literacia digital; potenciar a digitalização dos Arquivos Públicos para gerar informação e conhecimento.



## Discussão sobre os desafios e oportunidades

- **Daniel Santos** (LabX/AMA): Abriu o espaço para a discussão e questiona se alguém quer ter a palavra, e finalmente desafia **Jorge Robalo** (Vogal da Direção da PASC) para partilhar as suas impressões.
- **Jorge Robalo** (PASC): Começou por referir que não considera os dados com evidência estatística, mas refere que os webinars são pistas e indicações importantes que não podem ser desprezadas. Refere ainda que a proposta que irá apresentar procura aprofundar um pouco mais, e opta por soluções que possam cobrir maior um número de situações e que possam marcar uma pequena diferença (*quick wins*). Procuram sobretudo alimentar uma mudança cultural mais do que alterações em IT, mais do que investimento tecnológico (que é necessário), reforça que é necessário investir no *mindset*, na vontade de mudar as coisas e na vontade de servir bem.
- **Karina Carvalho** (TI): Referiu que gostou bastante dos fóruns, considerou a sessão muito dinâmica com pessoas dispostas a participar e interventivas. Reforça que este tipo de iniciativas, independentemente do número de pessoas inscritas, são úteis em termos de informação em primeira mão e o feedback imediato.
- **Luís Vidigal** (PASC): salientou que faz parte de um cluster que a PASC tem de Administração Pública e que pretendem obviamente dinamizar. Mencionou que procuram um modelo paritário, envolvendo as pessoas da sociedade civil e as pessoas das instituições públicas. É uma prioridade para a PASC e faz parte do core da plataforma e deve ser percebido a nível internacional. Reforça que é uma sociedade civil claramente não partidária, é uma sociedade civil que se afasta completamente de qualquer tipo de manipulações e, portanto, deverá existir esse cuidado estatutário.

## 4. Análise das propostas feitas inquéritos de recolha de ideias

### Apresentação dos resultados do inquérito de ideias Rede Nacional de Administração Aberta (RNAA)

- **Daniel Santos** (LabX/AMA): Paralelamente aos fóruns decorria um inquérito de recolha de ideias online durante duas semanas com o objetivo de identificar áreas temáticas, ideias com potencial e também problemas mais relevantes. Participaram 63 indivíduos com duas perguntas e a possibilidade de deixar sugestão. A primeira questão apresentava as sete áreas temáticas e pedia a para ordenarem por prioridade. Houve três que se destacam: a transparência da contratação pública, a transparência e acesso à informação e os dados abertos. Foram obtidas vinte e cinco respostas abertas de sugestões, posteriormente agrupadas em três grandes temas: o uso de software livre e open source, o acesso à informação e o combate à corrupção. A segunda questão, apresentava doze temas vinculados aos princípios e era pedido que ordenassem por relevância. Os temas que foram mais salientados pelos cidadãos foram: promover a transparência, dar mais poder aos cidadãos e combater a corrupção. Na análise combinada do inquérito e com o número de referências que houve nos fóruns, as sete áreas temáticas identificadas pelos membros da Rede, a ordenação seria: os dados abertos, depois a transparência na contratação pública e a transparência e acesso à informação.

### Cruzamento das propostas com outros programas existentes

- **Daniel Santos** (LabX/AMA): Lembra que existiu igualmente um exercício de *policy scan* que permitiu fazer uma cruzamento das propostas com outros programas existentes, que procurou sistematizar abordagens políticas entre vários programas existentes, realizando uma análise sobre as políticas e iniciativas nas áreas de atuação da Administração Aberta.
- O exercício de cruzamento com propostas de outros programas existentes, analisou o Simplex, o Plano de Ação de Transição Digital, a Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração e a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção. Os objetivos procuravam garantir legitimidade e prioridade em termos políticos de



potenciais compromissos que possam ser inscritos no Plano de Ação. Estas medidas não podem ser transpostas e inscritas no Plano de Ação, mas podem ser usadas como vetores de orientação. Sendo elas:

#	Programa	Medida política / Iniciativa	Área temática
1	PATD	Medida 1.5: <b>Simplificação da contratação de serviços de tecnologias de informação e comunicação pela Administração Pública.</b>	Transparência na Contratação Pública
2	PATD	Medida 1.8: <b>Programa de Inclusão Digital de 1 milhão de adultos</b>	Transparência e Acesso à Informação e Utilização das TIC e Inclusão Digital
3	EIMEA	Objetivo estratégico 6 : <b>Investir na simplificação administrativa</b> (eg: medidas 6.2 e 6.3;)	Transparência e Acesso à Informação
4	EIMEA	Objetivo estratégico 10: <b>Gerir o ecossistema de dados com segurança e transparência</b>	Transparência e Acesso à Informação
5	EIMEA	Objetivo estratégico 12: <b>Incentivar a participação informada dos cidadãos</b> (eg: medidas 12.1; 12.2; 12.3 e 12.5)	Dados Abertos
6	SIMPLEX	Medida: <b>“Os meus dados”</b> (I PANAA )	Direito dos interessados à informação
7	SIMPLEX	<b>Medidas de combate à pandemia</b>	Direito dos interessados à informação Utilização das TIC e Inclusão Digital
8	SIMPLEX	<b>Medidas para a integração dos migrantes</b>	Utilização das TIC e Inclusão Digital
9	ENCC	<b>Registo central do beneficiário efetivo</b>	Transparência na Contratação Pública

## Ronda de apresentação e discussão das propostas pelos membros da Rede

- **Daniel Santos** (LabX/AMA): Solicita a Jorge e Luís para partilharem os resultados dos inquéritos que aplicaram.
- **Jorge Robalo** (PASC): Começa por referir que no plano da PASC tem uma ação sobre migrações e talvez se possa combinar e potenciar os esforços. A nossa visão na OGP é uma grande oportunidade para dar voz ao cidadão para identificar melhorias, para ter uma Administração Pública mais eficaz, mais eficiente, mais transparente e acima de tudo próxima das necessidades dos cidadãos. Faz referência a um espaço aberto e de compromisso da Administração Pública. Destaca dois lados: o lado da cidadania e o lado dos comportamentos. Na apresentação de resultados resume a existência de 64 respostas em quinze dias, um total de 39 participantes, sendo que a sociedade civil representa 77%. A maioria das propostas de melhoria foca-se em promover a transparência com 76%. Menciona ainda que a PASC está a preparar sessões de trabalho temáticas para apresentar estes resultados e depois abrir sessões sobre os temas, conjugar e identificar prioridades. Refere que como último passo pretendem apresentar à Rede os resultados, voltar a ter um brainstorming, para validar, para identificar prioridades e finalmente publicar comentários.
- **Luís Vidigal** (PASC): Reforçou que o objetivo do questionário era acrescentar valor e introduzir melhorias inovadoras, o questionário despertava para uma atitude criativa. Menciona a perceção de que estamos num mundo digital e foca eliminação de controlos e procedimentos supérfluo; foca a desintermediação e o elevado



número de pessoas que intervêm nos processos; destaca a falta de partilha de dados dentro da própria administração pública; a necessidade de mover a decisão para níveis mais próximos do cidadão; dar prioridade e respeitar compromissos com o cidadão e dar acesso ao poder. Curiosamente refere que existiram três áreas sem propostas ( justiça, segurança pública e cultura e desporto).

- **Daniel Santos** (LabX/AMA): Reforçou que um dos standards de cocriação que a OGP defende é dar resposta às propostas dos cidadãos, justificando porque foram ou não integradas. Passa depois a palavra à Karina.
- **Karina Carvalho** (TI): Deixou como nota prévia que a transparência na Administração Pública tem que ser equacionada como um valor nuclear da boa gestão pública e um princípio fundamental de confiança na Administração e nos decisores. Refere que a informação que é disponibilizada deve ser útil para aferir prestação de contas (*accountability*), para aferir as decisões públicas, e ao mesmo tempo para combater a corrupção. Refere igualmente a importância de garantir que esses dados quando são publicados sejam inteligíveis para o cidadão comum, e, portanto, deve ser pensado o modo como são transmitidos e partilhados os dados. Acrescentou que os dados podem depois ser trabalhados por organizações como a TI e tornando-os inteligíveis para os cidadãos. Esta noção pode contribuir para perceber as propostas a inscrever no próximo plano, e também para afinar algumas das propostas que estiveram inscritas neste primeiro plano e que podem ser melhoradas.
- **Luís Vidigal** (PASC): Concordou com o que foi dito mais reforça que a transparência deve estar embebida nos próprios sistemas, no próprio desenvolvimento, deve ser *by design* de forma a que haja a correspondente *accountability* e a correspondente combate à corrupção.
- **Álvaro Figueira** (CRUP): Salientou a importância da discussão sobre os dados, mencionando que a importância de se distinguir dados sobre pessoas dos dados sobre as organizações e transações.
- **Rui Ribeiro** (CADA): Acrescentou que tudo aquilo que se prende com a reserva de identidade da vida privada, convicções políticas, religiosas, partidárias, sindicais, isso deve ser omitido. Tudo o que tenha a ver eventualmente com segredos de empresa, têm que ser coisas valorizáveis, isso também pode ser, a menos que, quem queira o acesso demonstre um interesse direto pessoal legítimo e constitucionalmente protegido.
- **Daniel Santos** (LabX/AMA): Recordou que houve compromissos do plano anterior, que previam exatamente o aumento da literacia para dados, que visavam contribuir para uma certa pedagogia pelos cidadãos, podendo ser capturados e continuados neste plano. Há evidências que mostram que não interessa a informação estar disponível se quem acede à informação não sabe o que fazer com ela, não sabe como a ler.
- **Hugo Vieira** (ANJE): Mencionou que as linhas de ação transversais para a ANJE fazem todo o sentido, essencialmente, na transição e na literacia digital da função pública. São essas as queixas de que é difícil interpretar e trabalhar nas plataformas públicas que estão à disposição dos empresários. Em relação à literacia, era muito importante, neste plano, poder prever ações de capacitação de empresários sobre as plataformas que os empresários usam com mais frequência na administração pública. Acrescentando que isso poderia resolver aqui algum desse trabalho, e encaixa nas medidas também identificadas.

## Desafios e prioridades II PANAA

- **Daniel Santos** (LabX/AMA): Continuando com a questão de partida para o segundo painel e analisando as orientações macro dos múltiplos pontos de entrada, destaca-e os contributos e recomendações da:
  - *Open Government Partnership - Support Unit (OGP-SU)* - número recomendado de compromissos originais anda entre os oito e os dez;
  - *Independent Reporting Mechanism (IRM)* - inscrever compromissos que promovam a administração aberta, criação de canais para o contacto com os cidadãos, existência de paridade de organizações governamentais e não governamentais, foco na *accountability* e na participação cívica e promover o interesse e conhecimento no processo da OGP.
  - *Self Accessment Report (SAR)* - criação de indicadores de progresso e envolvimento de parceiros chave.
- Destacou, ainda, que nas orientações macro surge ainda a nota que podem ser incluídos os resultados do primeiro plano, concretamente do sétimo e o oitavo compromissos, com taxas de execução mais baixas e que podem voltar a ser inscritos e melhorados neste segundo plano de ação. Referiu, a título de exemplo, a disponibilização online de um formulário, onde está disponível informação sobre os Responsáveis de Acesso à Informação Administrativa e Ambiental. Continuou, mencionando que para o oitavo compromisso, poderá existir um envolvimento mais direto do IMPIC, por se tratar de uma entidade chave nas questões da contratação pública, apontando que se deveria



promover um envolvimento, vinculação mais definitiva, ou mais concreta e haver uma articulação mais efetiva entre todos os interlocutores e partes interessadas. Destacou que no Plano de Ação para Transição Digital de Portugal, a “Economia Circular de Dados” é referida várias vezes, assim como nas reuniões da Rede, o que poderá ser uma linha de trabalho a aproveitar para o reforço da transparência, o que por sua vez, irá também potenciar o livre mercado e *accountability*.

## 5. Apresentação do programa para validação e formação de propostas de futuros compromissos

- **Daniel Santos** (LabX/AMA): Apresentou o programa para a validação, geração, validação e a formulação de propostas de futuros compromissos, dando ênfase à Milestone Oito (M8) prevê as sessões de envolvimento dos *stakeholders* e cocriação. Destacou que o objetivo é usar como ponto de partida os resultados dos inquéritos e dos fóruns e do primeiro plano para identificar temas e de acordo com os temas definidos, mobilizar cidadãos, organizações da sociedade civil e entidades públicas com interesse. Explicando que poderá existir uma pequena apresentação de enquadramento, e depois uma sessão colaborativa de cocriação. Concluiu que o resultado esperado é um relatório com a compilação das propostas geradas, que seriam um proto compromisso. As datas propostas foram 4, 11 e 18 de fevereiro. Pediu aos participantes da reunião que se voluntariam para serem coanfitrião destas sessões.
- **Hugo** (ANJE): Colocou à consideração da Rede, uma sessão no âmbito da Transição Digital, questionando se seria estratégico para a Rede posicionar-se neste tema, referindo que a própria ANJE estaria num processo de apresentação de vários processos de transição digital, até com um Acelerador Digital, para apoiar as empresas a fazer esta transição, e poderia ser interessante englobar nessa estratégia, um modelo de pró-compromisso da OGP.
- **Luis** (PASC): Salientou que as ações são compatíveis (com outras atividades que a PASC está a preparar), sendo que o modelo proposto está pensado para ocorrer em salas Zoom. Destacou algumas das limitações existentes como o máximo de participantes. Mencionou, de seguida, que uma das áreas fortes era a contratação pública, e a promoção de transparência e responsabilização, outro tópico deve ser a transparência dos dados abertos, os eventos de vida orientados aos cidadãos e em quarto os eventos de vida orientados aos empresários este orientado para a ANJE.
- **Jorge Robalo** (PASC): Mencionou que para assegurar o sucesso do programa seria importante recrutar participantes-chave e mobilizar recursos para ajudar a preparar e tentar assegurar uma equidade de participação entre a Administração Pública e as organizações da Sociedade Civil.
- **Karina Carvalho** (TI): Concordou que a área da contratação pública seja inscrita. O combate à corrupção está na agenda da OGP e da TI. Gostaria de ver inscrito no próximo plano o compromisso da área da contratação pública, relacionado com o registo central dos beneficiários efetivos. Refere que foi uma boa aprendizagem do primeiro plano, recorda que as grandes limitações da implementação do compromisso deveram-se à falta de envolvimento de quem do outro lado tinha esse papel. Também o compromisso do acesso à informação que é um compromisso transversal. Reforça a disponibilidade para participar nas iniciativas de participação cidadã, empresas e stakeholders. Concluiu a sua intervenção, deixando a nota que seria fundamental neste novo plano envolver ativamente os jovens, as universidades, as escolas, aproveitar eventualmente a disciplina de cidadania para esse desenvolvimento e a inscrição de iniciativas OGP nesse domínio.
- **Hugo Vieira** (ANJE): Apresentou a estratégia de análise que os empresários já fizeram, para a transição digital e para dar respostas à transferência do negócio que não era digital para o mundo online. Contempla a identificação das seguintes quatro fases: (i) o que é a Transição Digital?; (ii) Transição Digital e os novos modelos de gestão e de organização no trabalho; (iii) a inovação e tendências; por fim, (iv) a capacitação para a Transição Digital.
- **Hélder Lage** (AT): Reforça a importância de falar mais em ações e definição dos conceitos, por exemplo transparência, participação cívica. Existem ideias e temas, mas depois dentro dos temas seria fundamental chegar-se a ações.





- **Daniel Santos** (LabX/AMA): Agradeceu os contributos e esclareceu que o objetivo destas sessões é construir colaborativamente propostas de compromisso concretas e caso seja possível, apontar para indicadores de progresso, métricas de execução e responsáveis pela implementação, com objetivos realistas e resultados expectáveis. Fazendo, de seguida, um resumo dos contributos:
  - a ANJE, por via do Hugo, posiciona-se para organizar uma sessão no âmbito da transição digital;
  - a PASC apresenta uma proposta sobre 4 temas: a contratação pública; a participação cívica; a transparência e os dados abertos; e os eventos de vida orientados aos cidadãos e às empresas;
  - a TI com a reinscrição do Compromisso #7 relacionado com o acesso à informação e os dados abertos e o #8, relacionado com a contratação pública e a questão dos beneficiários efetivos e a questão da integridade política dos lóbis e conflito de interesses.
- Relembrando os potenciais temas e parceiros:

## Milestone 8 | Cocriação de futuros compromissos



### Potenciais temas

- |  |  |
|--|--|
| 1. Dados Abertos                                       | 1. Promover a transparência  |
| 2. Transparência na Contratação Pública                | 2. Dar mais poder aos cidadãos   |
| 3. Transparência e acesso à informação                 | 3. Combater a corrupção  |
| 4. Administração eletrónica/Serviços Públicos Digitais | 4. Utilizar as novas tecnologias para potenciar a relação entre o Estado e o Cidadão |
| 5. Direito dos interessados à informação               |  |
| 6. Participação Pública/Cívica                         |  |
| 7. Utilização das TIC e Inclusão Digital               |  |

### Potenciais parceiros

#### Administração Pública

- IMPIC
- Rede de Autarquias Participativas
- Organização da área Governativa da Justiça
- Organização da área Governativa do Ambiente
- etc.

#### Sociedade Civil

- VOST Portugal - Associação de Voluntários Digitais em Situações de Emergência
- MUDA - Movimento pela Inclusão Digital Ativa
- CIP - Confederação Empresarial de Portugal
- APDSI - Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação
- etc.

- Procurou, de seguida, converter os esforços dos membros da Rede que se posicionaram para organizar e definir se os participantes podem ser os co-anfitriões destas sessões, confirmando se a PASC estaria disponível a promover as sessões que apresentaram e a própria plataforma Zoom.
- **Karina Carvalho** (TI): Confirma a disponibilidade em participar e no caso de ser necessário realizar autonomamente a recolha de contributos para o plano.
- **Hugo Vieira** (ANJE): Confirma também a disponibilidade.
- **Daniel Santos** (LabX/AMA): Refere que do lado da AMA os contributos serão reunidos e devolvidos para se manifestarem sobre um plano e parceiros mais definidos.

## 5. Encerramento

- **Fátima Madureira**: Destacou a disponibilidade da AMA para trabalhar com a Rede, recorda que no plano estratégico está inscrita a abertura da Administração Pública à transparência e à participação e, desta forma, estão disponíveis para trabalhar junto da rede, passando a palavra à Sr.ª Secretária de Estado da Inovação e da Modernização Administrativa, Fátima Fonseca.



- **Fátima Fonseca (Secretaria de Estado):** Agradeceu a possibilidade de participar no fórum e destacando o foco no robustecimento dos sistemas democráticos, com todos os desafios que envolve. Sublinhou a posição da Administração Pública, do Governo como parceiro na Rede e como parceiro no plano de trabalho. Reforçou que estão sinalizados compromissos concretos com a participação, transparência, abertura, mas o desafio é transportá-los para a ação. Concordou com Luís Vidigal, quando este referiu que existe o desafio dos Dados Abertos, salientando haver em primeira linha, o desafio da partilha de dados entre os organismos da Administração Pública. Salientou que planos da ação devem ser flexíveis para irem incorporando novas medidas concretas que possam surgir no decurso das atividades da própria Rede e no decurso da concretização do Plano de Ação Nacional. Assumiu a disponibilidade para aceitar desafios e não só aperfeiçoar aquilo que porventura já tenhamos programado, quer na estratégia para a inovação e modernização do Estado na Administração Pública que tem aqui uma linha próxima do plano de ação para a transação digital e da dimensão da mudança cultural. Lembra que a visão de serviços integrados tem que ser cada vez mais uma visão de reforço das parcerias entre as várias administrações públicas que coexistem e o desafio é essa mudança de mentalidade, dos modelos de gestão e de governação pública. Destacou propostas concretas que envolvem capacitar para a cidadania digital, envolvem divulgar os dados, para além de partilhar, reutilizar, divulgar de forma aberta os dados da Administração Pública e promover a participação.
- Destacou como mais exigente passar à ação e ter liberdade no quadro da rede ter uma abordagem complementar, sinérgica, que para além de identificar desafios, a criação de soluções e mecanismos. Reforçou que existe receptividade do governo para aprofundar os mecanismos de transparência, como por exemplo o Portal Base e transformá-lo em algo que corresponda às exigências de informação da sociedade e da nossa cidadania.
- Como notas finais focou o tema dos eventos de vida orientados para cidadãos e empresas e a necessidade de mudar de posicionamento e alavancar parcerias. Ter um conjunto de serviços digitais básicos e integrados que resultam do esforço de várias áreas governativas e garantindo a acessibilidade e usabilidade por defeito. O último ponto, envolver as escolas e os jovens nos processos de decisão das suas comunidades, do seu país. Reforçou a necessidade de ter um conjunto de ações e métricas concretas, com parceiros, e dar-lhes visibilidade
- **Daniel Santos:** Agradeceu a intervenção e os desafios lançados à Rede, e lembrou que a participação política está a ser assegurada de forma bastante significativa neste Plano.

## 6. Outros assuntos

- **Daniel Santos:** Informou que não existem notas significativas sobre o IRM e que o investigador está a ser mobilizado. Ficou ainda definida e acordada a data para a XIV Reunião RNAA para o dia 5 de março de 2021. A sessão foi encerrada depois de definidas as tarefas a realizar, sendo elas, a compilação das informações da reunião e partilha com os parceiros, e para os membros que se ofereceram para ser anfitriões das sessões de cocriação e reuniões particulares para a definição das sessões.

## 7. Anexos

Aceder à apresentação em formato PDF, [aqui](#).

